

## **CONSELHO DELIBERATIVO DO SERGIPEPREVIDÊNCIA**

Ata da Centésima Sexagésima Quarta Reunião  
do Conselho Deliberativo do Instituto de  
Previdência dos Servidores do Estado de  
Sergipe – SERGIPEPREVIDÊNCIA.

Aos Vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às 09h30min, em plataforma virtual mediante videoconferência, reuniu-se, em Reunião Ordinária, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe – SERGIPEPREVIDÊNCIA, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1- Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2- Aprovação dos balancetes dos meses de outubro e novembro/2020; 3 – Política de Investimento; 4 – Relatório de Gestão 2020 e 5 - O que ocorrer. Aberta a reunião pelo Presidente do Conselho em Exercício, o Secretário George Trindade saudou os conselheiros presentes. Indagados sobre a existência de alguma alteração à ata da 163ª Reunião, não houve apontamentos por parte dos conselheiros e aprovada por unanimidade. Na sequência, foi abordado o item 2 da pauta – Aprovação dos Balancetes dos meses de outubro e novembro/2020. Sobre o tema, o Conselheiro José Roberto primeiramente destacou que as notas explicativas das apresentações tem como objetivo esclarecer o fluxo financeiro e a contabilização que, às vezes, acontecem em momentos diferentes. A arrecadação do FINANPREV em outubro/2020 foi em torno de R\$ 92 milhões para um aporte em torno de R\$ 69 milhões. Em uma das notas, explicou que o aporte foi menor do que normalmente o fundo recebe, em função da regularização da contribuição patronal de repasse dos deficits e imposto de renda, que são feitos pela SEFAZ. Informou ainda que o Sergipeprevidência paga cerca de R\$ 180 milhões de folha a uma arrecadação na casa de R\$ 60 milhões.. Em um dos quadros da apresentação ressaltou que foram separados os inativos civis e militares, já que os militares apesar de estarem ainda contabilizados no FINANREV, deverão ter contabilidade segregada quando da regulamentação de lei específica. A despesa média em folha do Sergipeprevidência total de R\$ 180 milhões mais o pagamento do 13º, o que representa um gasto aproximado de R\$ 200 milhões. Esclareceu que foram pagas duas folhas do 13º no ano, a referente ao ano de

2019 e a partir de abril a folha de 2020. O resultado do balanço patrimonial resultou em um patrimônio líquido negativo em torno de R\$ 337 milhões. Sobre a diferença entre os percentuais de execução de receitas (60%) e despesas(100%) explicou que decorre da elaboração do orçamento anual do FINANPREV, que não permite que as despesas sejam maiores que as receitas. A diferença é feita através de suplementação orçamentária ao longo do ano. Referente à unidade gestora, do valor da receita em torno de R\$ 584 mil, aproximadamente, metade são de receitas com consignados. Destacou na apresentação que o valor maior de R\$ 300 mil comparado aos outros meses é referente ao pagamento das últimas parcelas do censo previdenciário. Comunicou aos conselheiros que a CUT acusou o Sergipeprevidência de propor o aumento da taxa de administração. Destacou que a Secretaria de Previdência obriga que os RPPS regulamentem sua taxa em até 2% da folha dos ativos. A alteração foi proposta para aprovação em lei. Explicitou que hoje é até 1% da folha de ativos e inativos. Isto não significa que o RPPS vá arrecadar até este valor. O que limita a arrecadação do RPPS é fundamentalmente o próprio orçamento. O orçamento anual é na casa dos R\$ 8 milhões. Referente aos balancetes de novembro/2020 relatou que as receitas e o valor da arrecadação são semelhantes ao do mês de outubro. Chamou a atenção dos conselheiros para o valor do aporte de R\$ 1.785 mil, pois é um aporte muito menor do que realizado nos outros meses. O Diretor-Presidente explicou que este valor menor deve-se a uma regularização pela SEFAZ de contribuições patronais no valor de R\$ 117 milhões, pois como ele entra como receita, o aporte conseqüentemente diminui. O valor da folha continua semelhante ao mês de outubro, destacando que é a folha mais o 13º salário, por isso o valor em torno de R\$ 200 milhões. Deficit na casa dos R\$ 752 milhões. Frisou que pela primeira vez consta um deficit que não cresceu em relação ao ano anterior. Relativo as receitas e despesas segue a mesma explicação do mês de outubro estão sendo suplementadas orçamentariamente e as receitas vão chegar a 100% em dezembro/2020. Onde são contabilizadas todas as receitas do 13º. No tocante a Unidade Gestora o valor maior de taxa deve-se ao censo, pagamento do 13º e dos gastos que se elevaram no Instituto, inclusive com a folha. Receitas e despesas equivalentes às do mês de outubro/2020. Em seguida passou-se para o item 3 da pauta – Política de Investimento. Explicou aos conselheiros que é uma exigência da Secretaria de Previdência a apresentação. A política de investimento é formalmente aprovada no Conselho Estadual de Previdência – CEPS e após aprovação será encaminhada a Secretária de Previdência. O

Diretor informou que o FINANPREV não realiza mais investimentos de médio e longo prazo. A política de investimentos é realizada independentemente de recursos ou não para investir. São considerados na política de investimento: Aplicação de 100% renda fixa, o que não permite ter riscos. Aplicações no curto prazo em investimentos indexados ao CDI. Explicou que não há risco nessa aplicação. É uma forma de reduzir riscos e não deixar o dinheiro sem remuneração. Sugeriu que a gestão seja própria através do comitê de investimentos; cujos membros possuem certificação que o mercado exige, por exemplo, CP10, CPA20. E por fim, aplicação somente em bancos públicos. No item 4 – Relatório Gestão 2020 – O Sr. José Roberto apresentou as principais atividades realizadas em 2020 e os planos para 2021. Frisou que 2020 foi um ano atípico: Primeiro o atendimento presencial passou a ser virtual; segundo sofreu o impacto da reforma da previdência no final de 2019 atingindo de forma significativa, principalmente na arrecadação e na concessão dos benefícios de aposentadorias; terceiro a COVID-19 impactou fortemente na concessão dos benefícios de pensão por morte. No Estado foi registrado 2.400 óbitos em decorrência do vírus, observando as concessões fora cerca de 200 benefícios a mais; conclusão do censo previdenciário prevista para o final de dezembro; iniciou-se o processo de segregação dos militares, eles não estão mais contabilizados como membros do RPPS e sim do sistema de proteção social. Apresentou ainda as formas, canais de atendimento, o número de concessões dos benefícios, perfil dos segurados, beneficiários e militares antes e após as medidas tomadas de enfrentamento da COVID-19. Ressaltou que a adesão as novas formas de atendimento foi mais rápida do que o esperado. No gráfico comparativo referente à concessão dos benefícios de aposentadoria 2019 foi em torno de 1.400, já em 2020 um total de 963, frisou que de certa forma é uma consequência da reforma da previdência, tendo em vista que reduziu mais de 30% das concessões. Já em relação a concessão de pensão aumentou em relação a 2019, reflexo da COVID-19. O Impacto foi fortemente nos meses de junho e julho. As implantações de outubro são dos óbitos dos meses de julho a agosto. Por último destacou o valor da arrecadação (R\$ 70.027.336,96) e deficit (R\$ 78.205.798,41) sem os militares e 13º salário e dos Militares arrecadação (R\$ 6.878.613,78) e deficit (R\$ 28.914.807,84). Dentre os planos para 2021: Aprimorar os canais de atendimento virtuais; realizar(quando possível) a prova de vida virtual(por telefone); Mudar de Nível da Certificação Pró Gestão(Nível 1 para 3); e elevar o conceito de Indicador de Situação Previdenciária - ISP para C. Comunicou aos conselheiros que hoje o nível é 1 e que o Instituto

é o 3º RPPS a constar com certificação. O objetivo atual é sair de um conceito hoje que é de indicador dos regimes próprios tantos estaduais, quanto municipais para o conceito C. **O que ocorrer:** O Diretor José Roberto e demais conselheiros desejaram boas festas e um ano novo de muitas conquistas. Nada havendo mais a tratar, o Presidente em Exercício agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião e para constar, eu, Patrícia Góis Costa de Santana, Secretária do CD, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, vai pelo Presidente, pelos Conselheiros presentes e por mim, devidamente assinada.



GEORGE DA TRINDADE GOIS  
Secretário de Estado da Administração



JOSE CARLOS FELIZOLA SOARES FILHO  
Secretário(a) de Estado Geral de Governo



JOSE ROBERTO DE LIMA ANDRADE  
Diretor(a) Presidente



**SERGIPE  
PREVIDÊNCIA**  
**GOVERNO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**

Página: 5 de 6

**CONCEIÇÃO VIEIRA**

Representante do Governo do Estado

**WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES**

Representante do Governo do Estado

**ANA MARIA DORIA SOUZA**

Representante do Governo do Estado

**Adelane Matos Costa**

Conselheiro(a)



**SERGIPE  
PREVIDÊNCIA**  
**GOVERNO DE SERGIPE**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE**

Página: 6 de 6

Michel Lima dos Santos  
Conselheiro(a)

PATRICIA GOIS COSTA DE SANTANA  
Secretário(a)